



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

LEI MUNICIPAL Nº 987/2024 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

“Dispõe sobre o banco de horas e da realização de horas extras dos servidores e empregados públicos do Poder Executivo do Município de Corguinho/MS.”

MARCELA RIBEIRO LOPES, PREFEITA DE CORGUINHO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Art. 1º. As horas extras, que poderão ser realizadas por servidores municipais, mediante autorização do Secretário Municipal de cada pasta, devem observar os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º. A realização e concessão de horas extraordinárias somente poderão ser suspensas parcial ou totalmente, em virtude de ato administrativo expedido pelo Chefe do Poder Executivo, com respaldo na Lei Complementar nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal).

**CAPÍTULO II
DO BANCO DE HORAS**

Art. 3º. Fica instituído no âmbito do Poder Executivo do Município de Corguinho o banco de horas para os servidores públicos municipais e empregados públicos sujeitos ao controle de frequência manual ou eletrônica.

§ 1º. Somente terá efeito para banco de horas as marcações devidamente registradas no relógio de ponto eletrônico, exceto para os setores que ainda não possuem relógio de ponto, ficando obrigatório o registro e as marcações por meio de folha de frequência e com chancela da chefia imediata.

§ 2º. É obrigatório o registro de todas as marcações diárias, inclusive saída e retorno para refeição, pois, a falta de lançamento implica a perda do direito de compensar e/ou receber horas.

Art. 4º. De acordo com a necessidade da autoridade administrativa, conforme previsto no artigo 2º desta Lei poderá haver o cômputo no banco de horas quando o servidor ultrapassar sua jornada obrigatória.

§ 1º. A realização de qualquer serviço em horário que exceda a jornada de trabalho, sem a devida convocação e autorização do chefe imediato, não será computada para fins de banco de horas.

§ 2º. A contabilização para o banco de horas, iniciar-se-á depois de completada a primeira meia hora/dia, sendo desprezados a entrada antecipada ou a saída posterior que forem

9



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

inferiores a 30 minutos, sendo que a entrada antecipada só será aceita mediante autorização expressa do Secretário Municipal.

§ 3º. Para as horas extraordinárias não autorizadas caberá ao responsável pelo sistema de marcação eletrônica e pelas folhas de frequência justificar o controle de ponto, evitando que horas indevidas sejam acrescidas ao banco de horas.

§ 4º. Não é permitido ao servidor registrar o ponto com antecedência superior a 10 (dez) minutos do seu horário, salvo situações previamente autorizadas pelo Secretário Municipal da pasta.

Art. 5º. As folgas decorrentes do banco de horas não poderão ultrapassar o limite de 5 (cinco) dias mensais.

Art. 6º. A folga será previamente autorizada pela chefia imediata, devendo ser observado o interesse público e preservado a continuidade do serviço.

Art. 7º. As folgas, que somente poderão ser iguais ou superiores a 2 (duas) horas, devem ser requeridas com antecedência de 2 (dois) dias úteis, sendo obrigatório o requerimento assinado pelo servidor e com ciência da chefia imediata encaminhado para a Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração.

§ 1º. No requerimento de utilização de horas, que deverá obedecer a um modelo único para todos os servidores, deverá constar o mês que se refere o banco de horas e quantas horas serão utilizadas, apontando o dia/período da folga.

§ 2º. A autorização para utilização das horas em folga ficará a critério da chefia imediata, que deverá concedê-la dentro do período previsto no caput do art. 8º, observando o bom andamento dos trabalhos e critérios descritos nesta Lei.

Art. 8º. O banco de horas deverá ser utilizado dentro de 12 (doze) meses de sua realização, podendo ser convertido em pecúnia do saldo não compensado.

§ 1º. Na hipótese de impossibilidade de compensação no período estabelecido no caput, em virtude de licenças previstas na legislação municipal, o saldo deverá ser compensado obrigatoriamente no prazo de 60 (sessenta) dias ao do retorno do servidor às atividades.

§ 2º. As horas terão o mesmo peso e deverão ser compensadas na proporção de 1 (uma) hora trabalhada para 1 (uma) hora de folga, exceto as realizadas aos sábados após as 12h e aos domingos e feriados, quando a compensação será na proporção de 1 (uma) hora trabalhada para 2 (duas) horas de folga.

§ 3º. É permitida a compensação de atrasos/saídas antecipadas ou faltas com banco de horas.

Art. 9º. Quando da necessidade de transferência ou na concessão de férias ao servidor, as respectivas horas contabilizadas no banco de horas deverão ser zeradas antes da efetivação da transferência ou concessão das férias, podendo ser convertido em pecúnia o saldo não compensado.

9



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO

Art. 10. As unidades que realizam serviços essenciais e que não podem sofrer interrupção, em face do interesse público, deverão prever antecipadamente o número necessário de horas, para fins de composição do banco de horas dos seus servidores.

Parágrafo Único. Não poderão ser incluídos em banco de horas em face do interesse público e do bom funcionamento do serviço as horas extraordinárias realizadas:

I - em unidades de serviços essenciais de saúde com atendimento 24 (vinte e quatro) horas;

Art. 11. Na hipótese de desligamento do servidor municipal, as horas não compensadas serão pagas na proporção mencionada no § 2º do art. 8º, desta Lei, limitadas a 100% (cem por cento) da carga horária mensal do servidor.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A Secretaria Municipal de Administração ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e cumprimento das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 13. A compensação de dias trabalhados à disposição da Justiça Eleitoral deverá ser feita, preferencialmente, de imediato, atendendo a conveniência do setor e com prévia autorização da chefia imediata.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


MARCELA RIBEIRO LOPES
Prefeita Municipal